

CIDAC



ORGANIZAÇÃO
NÃO-GOVERNAMENTAL
DE DESENVOLVIMENTO

relatório de atividades e contas em 2020

A atividade em 2020...

2020 foi um ano difícil para todos/as. Vivemos num esforço constante de antecipar e/ou adaptar-nos aos constrangimentos que nos foram sendo impostos pela pandemia COVID-19. **A instabilidade foi o fio condutor.**

Alicerçada no plano de trabalho definido e nos compromissos já assumidos, a nossa atividade durante o ano esteve muitas vezes presa à conceção e implementação de planos de urgência, tantas vezes invalidados ao fim de poucas semanas pela alteração do contexto externo. As nossas forças e fraquezas internas tiveram necessariamente de ser coordenadas com as forças e fraquezas dos parceiros com quem construímos a nossa intervenção, donde resultaram momentos de trabalho um pouco desmotivadores – como no caso da relação com algumas das escolas, em contexto a distância – e outros muito recompensadores – como a edição do Boletim “O antes, o agora e o depois”, como é da natureza própria deste tipo de processos.

A par do esforço feito pela equipa, queremos registar a resiliência das e dos voluntários/as ao longo deste ano. Mesmo que – compreensivelmente – alguns/mas não tenham podido manter-se presencialmente, estiveram sempre próximos/as.

Foi um ano em que nos sentimos permanentemente a recuar para “serviços mínimos”, e ainda assim, necessitando de uma forte dose de criatividade para imaginar outras formas de os garantir.

Todos os projetos em curso sofreram remodelações de conteúdo e calendário, num esforço de adaptação que terá sido mais conseguido nuns casos do que noutros mas, que construímos sempre em colaboração próxima com todos os parceiros e entidades financiadoras envolvidas. A atividade comercial sofreu uma diminuição muito significativa – contrariando (temporariamente) a estratégia de centralizar a ECOSOL para uma maior autonomia da intervenção global, e as atividades presenciais, de sensibilização, informação e/ou formação foram reduzidas até ao ponto de se tornarem quase

residuais. Mantivemos uma presença forte em processos coletivos, estruturantes para o setor em que intervimos. Passámos horas infundáveis “ao computador”, somando às rotinas todo um novo mundo de comunicação com outros, sob a forma de reuniões de trabalho, oficinas, seminários e conferências várias.

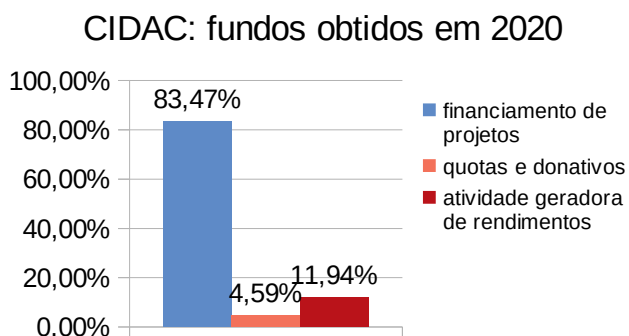
O digital impôs-se como panaceia proposta para todos os males e se, internamente, reconhecendo alguma fragilidade nossa no domínio tecnológico (que irá exigir no curto/médio prazo não só um esforço de capacitação da nossa parte, como os meios financeiros para lhe fazer face), preocupa-nos também a forma acrítica como no nosso setor de intervenção muito atores se propõem adotar o trabalho a distância e a tecnologia, sem uma reflexão mais profunda sobre as suas limitações e os seus excluídos.

Esta e outras reflexões que nos foram acompanhando ao longo do ano, nomeadamente quanto à natureza da crise social e económica que seguem de perto a pandemia COVID-19, reforçaram a nossa convicção na validade do trabalho que o CIDAC tem vindo a promover em torno de propostas que questionam os limites do nosso modelo de desenvolvimento.

Procuraremos, a seguir, dar conta da atividade desenvolvida, numa apresentação estruturada em torno das grandes linhas definidas pelo documento de planeamento estratégico 2019-2024 **Resistir e Construir**, e particularizadas no plano de atividades aprovado para 2020.

OE1: Tornar central a atividade comercial solidária

Propomos que a atividade comercial se consolide enquanto forma de cooperação entre o CIDAC, grupos de produção nacionais e internacionais, e outras entidades empenhadas nesta área de trabalho (reforço da cadeia de produção/comercialização), bem como enquanto ponto de partida para o trabalho de sensibilização/informação junto dos diferentes públicos que com ela interagem. Simultaneamente, esta área de atividade deverá ganhar volume de forma a constituir-se numa fonte de autofinanciamento relevante para o trabalho da associação.



O esforço de “tornar central a atividade comercial solidária” tem uma dimensão mais qualitativa – associada ao modo como se interligam temática e metodologicamente formas de intervenção tradicionalmente diferentes (como é exemplo a ligação entre sensibilização - vendas - cooperação), mas tem também uma dimensão quantitativa que, em 2020 foi negativa. O peso percentual da receita produzida por atividades geradoras de rendimento desceu dos 20,86% em 2019 para os atuais 11,94%. Esta diminuição resulta substancialmente da quebra registada na atividade comercial (que inclui as vendas na Loja, em atividades fora de portas, como mercados pontuais e bancas auto-organizadas, bem como a prestação de serviços de Pausa Justa). Num contexto de limitações impostas externamente pela mobilidade restringida e internamente pela diminuição da equipa de voluntários/as (em grande parte associada à atividade comercial), houve pouco espaço de inovação e crescimento, concentrando-se os esforços da equipa na manutenção e consolidação dos processos já em curso e na tentativa de redução dos impactos negativos expectáveis.

Objetivo específico 1.1.: Aprofundamos as relações com os/as produtoras/es e consumidoras/es com quem trabalhamos

Com quem trabalhamos e com quem queremos vir a trabalhar? Que tipologia de produtos privilegiamos? Que critérios nos aproximam ou afastam de determinados grupos de produtores/as? (...)

Que limites podemos ainda explorar no quadro da economia solidária (ECOSOL)? Que relações se podem equacionar entre loja e produtores/as e consumidores/as, para além da compra e venda de produtos? Conhecemo-nos o suficiente para perceber as necessidades de todas as partes? Que compromissos podemos e queremos assumir de parte-a-parte? Que dimensões de uma relação de interdependência se podem identificar e reforçar entre consumidores/as, produtores/as e loja?

A relação com os/as produtores/as, em particular, os/as nacionais é algo que está há muito no centro da reflexão do CIDAC. A dimensão “local” da justiça comercial, agregada à soberania alimentar, não tem tido o mesmo desenvolvimento que tiveram os princípios do Comércio Justo nos primórdios do movimento, a nível internacional. Assim, dedicámo-nos este ano à continuidade dessa reflexão, percebendo que mais do que critérios semelhantes aos do CJ internacional, teremos que trilhar caminhos de maior interconhecimento e de confiança, que foram coartados pela conjuntura. Mantivemos relações estritamente comerciais com os/as produtores/as mas também um contacto contínuo, via telefone.

Da reflexão que temos vindo a fazer, emerge com maior veemência a necessidade de continuarmos a sensibilização dos/das consumidores/as,

num sentido de estimular o consumo responsável e organizado. Esse trabalho de proximidade não foi possível, mas explorámos algumas possibilidades *online*, como a recolha e transmissão de testemunhos vídeo sobre CJ, entre outros.

I. Informação relevante sobre atuais produtores/as e produtos foi recolhida e sistematizada de forma a termos os dados de contexto sobre os quais alicerçar a nossa reflexão e a aumentar a transparência e confiança.

Ter informação sobre produtores e produtoras é um passo importante na relação tanto com produtores/as como com os/as consumidoras. A informação íntegra, porém, uma preocupação mais lata, por um lado a da transparência da atividade comercial do CIDAC e, por outro, procurar construir, principalmente, com os e as produtoras, uma relação comercial assente em princípios que se aproximem das necessidades e interesses de ambos os lados.

No sentido de preparar o processo de visitas a produtores/as que tínhamos planeado, começamos por recolher e sistematizar o conteúdo de discussões, reflexões e documentos já realizados anteriormente sobre a dimensão local do comércio justo, bem como toda a informação disponível sobre os/as produtores/as a visitar. Este material foi a base para um encontro alargado com outros atores do comércio justo de reflexão e debate realizado a 10 de março, do qual saíram mais claras as linhas orientadoras do trabalho a realizar posteriormente.

Prontos para começar um périplo por três zonas do país, fomos confrontados com as medidas de confinamento impostas, vendo-nos na necessidade de cancelar os nossos planos de viagem e de conversas aprofundadas. De salientar que, para financiar estas viagens organizámos uma pequena “feira do livro” a donativo livre, na loja, feira essa relativamente bem sucedida.

Durante o período de confinamento fomos mantendo contacto constante com os e as produtoras e partilhámos através do Facebook da Loja informação sobre as formas como estes/as estavam a vender (contactos telefónicos, entregas em mão, lojas *online*, etc.). A nossa preocupação foi a de manter aberto um canal de comunicação através do qual se reforçou o conhecimento mútuo. Simultaneamente procurámos – na medida do possível – manter o volume de compras do ano anterior, por forma a não agravar ainda mais a situação de alguns dos nossos fornecedores.

Pelo segundo ano consecutivo, e com o desígnio acima assinalado de aumentar a transparência da atividade comercial, trabalhámos os dados relativos às compras e vendas em 2019, produzindo um documento que enviámos a todos/as os/as produtores/as, fornecedores, sócios/as, e voluntários/as do CIDAC. Uma parte substancial da informação produzida está afixada em lugar de destaque na Loja e pode ser consultada por todos/as que nos visitam.

II. Experimentamos diferentes formas de animação a partir da loja, especificamente dirigidas às/aos consumidoras/es para reforçar a dimensão de socialização e debate e aprendizagem entre diferentes atores.

Os períodos de mobilidade limitada e as restrições no acesso ao espaço da Loja¹ e do CIDAC, bem como à realização de atividades coletivas, inviabilizaram esta linha de trabalho, tal como ela estava concebida.

Na fase mais restritiva do ano, mantivemos a Loja a funcionar apenas ao sábado como forma de garantir a distribuição dos cabazes PROVE, o que terá contribuído para que vários/as dos/das clientes tomassem consciência da natureza particular de um espaço comercial que frequentam

¹ Que somaram -49 dias de abertura durante o ano (19% dos dias úteis do ano), um mês com horário parcial de 4h30m/dia e 7 meses com acesso reduzido a 2 clientes em simultâneo.

semanalmente, dando origem a conversas mais aprofundadas sobre as temáticas do CIDAC e do Comércio Justo. Na sequência do período de confinamento de março/abril, registamos uma pequena mudança no aumento de consumidores/as regulares/as na Loja, muitos/as dos/das quais associados/as aos dias de distribuição do cabaz PROVE. Registamos igualmente que muitos/as destes/as novos/as clientes se mantiveram no final do ano.

Os formatos presenciais de animação e sensibilização foram repensados e experimentámos em dois momentos com recolha de testemunhos vídeo de clientes da Loja, do cabaz PROVE e de pessoas próximas ao CIDAC, sobre comércio justo, agricultura familiar, e que partilhámos no Facebook da Loja.

De notar, como atividade pontual, a visita que acolhemos a 15 de setembro, promovida pela Câmara Municipal de Lisboa no âmbito da iniciativa "Visitas Comentadas", de um mini-grupo de moradores/as na cidade, curiosos/as sobre a nossa atividade, o Comércio Justo e a história do CIDAC.

Objetivo específico 1.2.: Aumentamos as vendas por via da diversificação de formatos e espaços

Como descentralizar a venda de produtos de Comércio Justo, ultrapassando limitações do quadro legal, de formalização das relações entre atores diferentes, de custos de transporte? Como passar de ações pontuais (como são atualmente as bancas) a um relacionamento de mais longo prazo? Como se podem dar passos no sentido de ultrapassar o foco no nível de consumo estritamente individual que temos desenvolvido, passando para uma lógica de consumo coletivo e/ou institucional?

2020 foi um ano de diminuição de vendas, em que os esforços de diversificação tiveram de ser repensados em função das restrições à mobilidade e ao funcionamento de espaços públicos impostas no quadro das medidas de minimização da pandemia COVID-19.

Apesar de termos suspenso as iniciativas pensadas para levar a atividade comercial solidária para fora da Loja, fizemos a partir “de dentro” algumas experiências que têm condições de perdurar para além das condições particulares deste ano.

I. As rotinas de gestão e de funcionamento da loja são renovadas e operacionalizadas para diminuir a incerteza de “como fazer” e aumentar a eficiência (< peso das tarefas administrativas + informação “automática” = > capacidade de avaliação/decisão).

Num contexto global de instabilidade, o investimento sobre o reforço de rotinas fez-se sem o nível de prioridade previsto.

Com o encerramento temporário da loja e a diminuição e imprevisibilidade dos fluxos de vendas, o espaço dedicado aos produtos fora de prazo – criado no final de 2019 – demonstrou-se uma solução útil para evitar desperdício alimentar e prejuízos económicos (não representam lucro, porque são vendidos com margem de 1%, mas também não representam perdas)².

Do ponto de vista técnico, mas também de coerência com os princípios de justiça comercial, fizemos a revisão das margens dos produtos vendidos, fixando duas linhas de orientação separadas: para os produtos alimentares foi harmonizada uma margem máxima de 30%, enquanto que para os produtos artesanais e de cosmética se estabeleceram as regras para a aplicação de margens entre os 25% e os 100%. Esta maior amplitude no artesanato, que varia de acordo com o preço de custo dos artigos, responde a duas preocupações essenciais: manter os produtos de artesanato numa gama de preço de venda ao público (PVP) acessível e, com a margem superior destas vendas, reforçar a componente alimentar da loja para a qual estabelecemos uma margem mais baixa.

² Em 2019, as perdas por “Fora de Prazo” representaram 97,68€ (63,87% do total) e em 2020 o valor desceu para 34,46€ (18,53% do total).

II. Clarificamos quadros legais, de procedimentos e os custos de outras formas de venda (venda a granel e consignação) para conhecermos as oportunidades e constrangimentos de outras formas de venda. Reforçamos o enquadramento do serviço de Pausa Justa em termos de cumprimento de normativos legais, estrutura de custos e apresentação permitindo-nos promovê-lo junto de potenciais clientes de forma mais sustentada.

As pesquisas iniciadas no primeiro trimestre, nomeadamente a propósito da identificação de espaços descentralizados para vendas à consignação de produtos de comércio justo internacional, do lado do CIDAC, e venda na nossa loja de produtos nacionais (contactos exploratórios com lojas associativas nas zonas de Coimbra, Montemor-o-Novo e São Brás de Alportel) não tiveram desenvolvimento até ao momento, por questões que se prendem com os processos de discussão e deliberação internos das entidades.

Simultaneamente, e tendo em conta o impacto financeiro negativo, expectável em função da redução da atividade comercial, não nos pareceu viável avançar com o investimento preparatório das vendas a granel.

Foram realizadas apenas duas bancas exteriores, a primeira a 25 e 26 de janeiro, no quadro da reabertura ao público do Jardim Botânico Tropical da Universidade de Lisboa, e a segunda a 17 de outubro, enquadrada no mercado promovido pelo festival UMUNDU Lx³. Ambas as atividades contaram com o apoio da equipa de voluntários/as do CIDAC.

O serviço de Pausa Justa, normalmente associado a conferências, oficinas e outros formatos semelhantes, esteve completamente paralisado em 2020. No segundo semestre avaliámos a possibilidade de criar um novo formato a disponibilizar, assente na elaboração de pacotes “Pausa” individuais mas não encontramos uma forma financeiramente viável de o fazer no quadro das limitações de higiene e segurança a cumprir, tendo por isso abandonado o projeto. Pelo papel que o serviço tem no financiamento do CIDAC, a sua eliminação a 100% em 2020 teve um impacto muito negativo.

Numa lógica de adaptação às limitações de funcionamento da atividade comercial, e particularmente no período de março-abril, a página de Facebook da Loja serviu como montra dos produtos alimentares e como meio de encomenda dos mesmos, sendo a entrega feita presencialmente aos sábados. Este formato resultou em algum fluxo constante de vendas e trouxe alguma aproximação com os e as clientes do cabaz PROVE. Foi também uma antecâmara para (re)pensarmos uma futura loja *online*, que começou a ser esboçada por um conjunto de voluntários/as, em dezembro de 2020.

Igualmente num esforço de colmatar as perdas previsíveis num período significativo para a Loja - o Natal - experimentámos algumas estratégias, como a criação de um cartão de oferta e a divulgação institucional de cabazes de Natal. Para esta última, contámos com o apoio extraordinário de um grupo de estudantes da licenciatura de Economia e Gestão, da Universidade Nova de Lisboa, que concebeu connosco esta proposta, desde a identificação e seleção dos produtos para cada um dos cabazes, por forma a constituir uma proposta apelativa em termos de conteúdo e viável em termos de gama de preços, à dimensão da apresentação dos cabazes, quer do ponto de vista da informação incluída, quer da apresentação gráfica. O grupo apoiou ainda a fase de divulgação junto de potenciais clientes.

Este processo foi uma aprendizagem extremamente positiva cujo resultado teve um impacto muito significativo nas receitas da Loja no período de Natal/2020, permitindo-nos ainda ficar na posse de um mecanismo que poderá ser replicado (e melhorado) anualmente pela Loja. Importa

3 O Umundu Lx - festival coletivo para a transformação sustentável teve lugar em Lisboa, entre 9 e 17 de outubro, em formato presencial e virtual,. Foram cerca de uma centena de eventos organizados por diferentes organizações e coletivos, tocando vários aspetos da sustentabilidade.

relevar o contexto em que esta experimentação teve lugar, já que ela foi o resultado direto do acolhimento de uma proposta de trabalho final no quadro de uma cadeira do curso de Economia e implicou um esforço significativo de ambas as partes (nomeadamente de uma das estudantes que é também voluntária no CIDAC) para conjugar necessidades e visões nem sempre muito próximas.

III. Identificamos grupos de consumo com os quais experimentamos a viabilidade de integrar produtos do Comércio Justo internacional nas suas compras regulares de forma a construir uma proposta de serviços coerente e adequada a ambas as partes.

Identificámos dois grupos de consumo e uma loja-cooperativa de consumo, na região de Lisboa (Bela Rama, AMAP Quinta Maravilha e Cooperativa Rizoma) com os quais nos propomos explorar linhas de trabalho conjunto. Após uma primeira tentativa de propor produtos de comércio justo internacional a um destes grupos, cujos resultados não foram muito significativos, e com a oportunidade criada pela realização do festival UMUNDU Lx, o CIDAC promoveu uma sessão de discussão sobre possíveis pontes entre grupos de consumo autoorganizados, focados no apoio à agricultura e produção local / ecológica, e a solidariedade com agricultores/as e produtores/as de outros países. Para esta discussão foram convidadas as três iniciativas e a cooperativa Espanica. Os três grupos apresentaram o seu trabalho e falaram sobre as suas diferentes formas de funcionamento. A cooperativa Espanica partilhou a sua experiência de trabalho com grupos de consumo e cooperativas do Estado Espanhol, enfatizando que a proximidade que se pode reconhecer e valorizar pode ser geográfica mas também uma proximidade de valores, aliando solidariedades locais e internacionais.

Este evento proporcionou um maior contacto entre o CIDAC e as três iniciativas de consumo coletivo e abriu um caminho de debate sobre uma questão que nos parece premente: a preocupação de consumo responsável e crítico centra-se cada vez na solidariedade local e no biológico, em detrimento da solidariedade internacional. Ficou bastante claro que o desenvolvimento de futuras ligações de carácter comercial terão de passar pelo aprofundamento e clarificação das pontes entre o “local” e o “internacional” que parecem ser atualmente percecionados numa lógica de oposição.

Objetivo específico 1.3.: Temos capacidade de importação direta

Mesmo dentro dos circuitos de Comércio Justo, a opção por maiores escalas resulta numa efetiva exclusão de pequenos/as produtores/as. No caso do artesanato, este fenómeno associa-se a outras dimensões, como a imposição da adaptação dos produtos aos gostos do mercado ocidental, por oposição a uma produção com significado cultural, ou a efetiva diminuição de vendas em resultado da diminuição acentuada do número de lojas de comércio justo (...). Qual a viabilidade de uma linha de trabalho de importação em pequena escala, (...). É-nos possível contribuir para a sustentabilidade de modos de produção artesanal fortemente enraizados nas culturas locais, contrariando as lógicas de adaptação aos mercados ocidentais?

Este nível de trabalho internacional foi afetado de forma muito particular já que conjuga a instabilidade dos contextos nacional e internacional. Com os transportes internacionais seriamente condicionados, e a nossa própria incapacidade em trabalhar com previsões de médio prazo, as atividades de importação direta foram suspensas. No início do verão, num quadro de alguma reabertura de fronteiras, colocámos a hipótese de importar artesanato dos três países. No entanto, rapidamente verificámos que não estavam reunidas as condições para o fazer. Dos contactos que fomos mantendo, percebemos que para muitos/as artesã/os teria sido importante obter uma encomenda do CIDAC, uma vez que as encomendas internacionais diminuiriam drasticamente.

Para além de constatar a suspensão do caminho de experimentação e aprendizagem que vínhamos fazendo desde 2019, notamos a importância destas 3 gamas de produto na forma como temos vindo a estruturar a identidade da Loja no que respeita ao artesanato. A não reposição de stocks em 2020 representou uma perda de diversidade significativa. Pensando em formas de minimizar este facto, no período do

Natal integramos na Loja um conjunto de peças de artesã/os portugueses/as, vindas da loja Santos Ofícios⁴ em Lisboa.

I. Testamos a venda na loja dos produtos de panaria guineense para sistematizar a reação do público sobre aspetos como a tipologia de produtos, a qualidade, o preço e as organizações produtoras.

Com o encerramento dos aeroportos esta atividade foi suspensa até que voltem a existir condições logísticas para ser retomada.

II. Damos *feedback* em Timor-Leste da experiência de 2018 e realizamos uma segunda experiência em contexto real para termos os dados necessários à decisão sobre a viabilidade desta atividade no longo prazo.

Entre 14 de fevereiro e 2 de março tivemos oportunidade de nos encontrarmos presencialmente com 4 das 5 organizações timorenses com quem temos vindo a trabalhar desde 2019 esta linha de importação, reunimos nomeadamente com Alola Esperança/Fundação Alola, Cooperativa Boneca de Atauro, Projeto Montanha e Kor Timor. Estes encontros permitiram dar conta do que foi a experiência de importação de 2019 e das vendas associadas em Lisboa, tendo por base um documento especificamente elaborado para este efeito, com números e valores associados ao processo, ao qual juntámos a nossa reflexão e a resposta às muitas perguntas que nos fizeram.

Foi também o momento de apresentar o trabalho do CIDAC em parceria com o FONGTIL (para o período 2020-2022), no contexto do qual estão previstas atividades que podem vir a reforçar/capacitar este conjunto de organizações produtoras.

Foram feitas compras pontuais a dois destes grupos, a Cooperativa Boneca de Atauro e Kor Timor, mas a segunda importação em contexto real foi suspensa.

III. Sistematizamos a experiência de exportação direta por parte dos/as produtores/as de artesanato peruanos com recurso ao mecanismo Exporta Fácil de forma a verificar a viabilidade deste meio na manutenção de uma relação direta e regular, nomeadamente com o CIAP.

A sistematização da informação relativa quer ao processo de importação direta realizado em 2019 com a Ichimay Wari (um dos grupos de artesã/os que compõem o CIAP), no âmbito da qual utilizamos pela primeira vez o mecanismo Exporta Fácil, quer ao resultado das vendas destes artigos em particular – nomeadamente numa comparação com artigos semelhantes, igualmente provenientes de artesãos do Perú, mas que adquirimos através da importadora Liberomondo, demonstrou a viabilidade desta linha de trabalho.

Neste caso em concreto, os custos associados ao processo de importação não significaram um aumento de PVP. Por outro lado, a aquisição direta junto das/dos artesã/os permitiu-nos uma seleção mais variada de artigos do que aquela a que tínhamos acesso através da importação por terceiros.

O contexto geral de insegurança quer quanto ao tempo do transporte internacional, quer relativamente à nossa própria previsão do volume de vendas possível de realizar no período do Natal levou-nos a decidir não avançar com esta importação em 2020, optando por reforçar o número de peças do CIAP e Manos Amigas na encomenda regular feita à Liberomondo.

4 O que estava inicialmente pensado como uma forma colaborativa de criar maior diversidade na Loja, acabou por ter uma dimensão maior de solidariedade, já que a loja Santos Ofícios acabou por encerrar no final do ano, em resultado das dificuldades extremas vividas em 2020.

OE2: Sensibilizar, informar, formar

propomos centrar-nos, nos próximos anos, no fortalecimento de processos educativos de longa duração em escolas específicas, na área metropolitana de Lisboa, colocando em diálogo a ED/ECG com a economia solidária e o comércio justo. Propomos também revisitar mecanismos e percursos pretéritos de sistematização do conhecimento, bem como manter a regularidade do ciclo: experimentação, reflexão/aprendizagem, consolidação dos conhecimentos adquiridos, e processos de in/formação e sensibilização.

O ciclo de experimentação, reflexão, in/formação foi marcado por uma necessidade contínua de ler uma realidade nova e em constante mutação, sem, no entanto, deixar cair os processos previstos de reflexão sobre ED/ECG e economia solidária.

Os canais de informação foram mantidos, com atualizações regulares - *site* e página *Facebook* - embora sem capacidade de renovação estruturante. Mas experimentámos novas formas de informação, como o Boletim “o Antes, o Agora e o Depois” (com quatro números editados), inspirados em outras experiências de informação do CIDAC...

No que tange às atividades de ED/ECG em meio escolar, estas foram afetadas pelo confinamento e pelas normas de acesso à comunidade escolar, muitas vezes díspares, contraditórias e aplicadas de forma diferente pelas escolas. Não deixámos, porém, de tentar manter a relação e o trabalho iniciado nas três escolas da área metropolitana de Lisboa, seja em sessões a distância, seja em momentos presenciais, sempre que tal foi possível.

Objetivo específico 2.1.: Enraizar práticas de ED/CG nas escolas a partir da ECOSOL

Que formatos queremos seguir no trabalho com as escolas? (...) como chegamos a toda a comunidade escolar? Como envolvemos professores/as e estudantes em atividades extra-curriculares face à carga curricular existente? Como evitamos transformarmo-nos em mais um prestador de serviços ou num indutor de projetos (...) Como continuar a construir processos coletivos, em redes e outros espaços, considerando a heterogeneidade de entendimentos de EDCG? Como transformamos os conhecimentos que vamos adquirindo nas nossas práticas, (...) em informações passíveis de serem trabalhadas com e nas escolas?

Como seria expectável, o trabalho com as escolas sofreu forte impacto. Foi necessário envidar esforços, primeiro para perceber as formas como escolas, professores/as e estudantes estavam a reagir e a viver este momento, e segundo, e em consequência, visualizar novos formatos para continuar o trabalho realizado até aí.

As atividades foram, na sua maioria, canceladas ou implementadas de forma irregular. O CIDAC tem privilegiado o trabalho nos espaços não-letivos em meio escolar. No contexto a distância este foi eliminado. A conjuntura especial, no entanto, apenas agudizou e confirmou a nossa constatação que as atividades e projetos de OSC têm maior probabilidade de se concretizar nos espaços letivos do que nos não-letivos.

As dificuldades sentidas vieram também fortalecer a nossa sensação que, para um trabalho constante e enraizado em escolas, é necessário existir um ou mais professores/as com verdadeiro interesse e empenho numa relação contínua com organizações da sociedade civil. Temos, neste momento, uma relação forte e enriquecedora com uma das escolas com que trabalhamos, e uma relação instável com as restantes. De salientar ainda que a redução das atividades educativas levou-nos a redirecionar as energias para processos de sistematização de conhecimentos e de produção de recursos pedagógicos, como se explicará no objetivo seguinte.

I. Mobilizamos os diferentes atores da comunidade escolar, num número restrito de escolas para aprofundar o interconhecimento com as escolas

Mantivemos, em 2020, atividades de ED/ECG no quadro de dois projetos trienais com três escolas da área metropolitana de Lisboa: a Escola Secundária José Gomes Ferreira (Lisboa), Escola Secundária de Amora (Seixal) e a Escola Secundária Fernão Mendes Pinto (Almada). Estas atividades sofreram grandes alterações e adaptações devido à conjuntura, mas no caso de duas das escolas amplificou dificuldades já sentidas anteriormente, nomeadamente de entrada e/ou de continuidade das atividades acordadas entre CIDAC, Direções e professores/as responsáveis pelos projetos.

No caso da Escola Secundária José Gomes Ferreira (em Benfica), num projeto em parceria com a FGS (que trabalha com a Escola Secundária do Lumiar), as atividades previstas de investigação e ação com grupos de estudantes e professores/as, em espaços não-letivos (objetivo geral do projeto) que tinham ganho algum dinamismo em 2019, início de 2020, estagnaram durante o confinamento e foram reconfiguradas a partir desse momento.

Assim, entre janeiro e março, realizaram-se cinco sessões quinzenais com um grupo de 5 estudantes, na biblioteca escolar, durante as quais elaboraram 2 inquéritos sobre alimentação na cantina e no bar, aplicados a 34 colegas do 5.º ao 11.º ano (envolvendo as três escolas do agrupamento que partilham a mesma cantina). Visualizámos documentários e discutimos temas como a soberania alimentar, papel dos/as agricultores/as, alimentação saudável na escola e o sistema alimentar escolar. Neste quadro, o grupo identificou ações possíveis para modificar as problemáticas levantadas e planeou, em conjunto com o CIDAC, um mercado de produtores/as, cancelado por causa da pandemia. Com o confinamento e as regras estritas de comunicação entre estudantes e atores externos às escolas, o grupo ficou parado.

O grupo de 4 professoras que participou na formação “Viver e mudar a escola em conjunto”, entre outubro de 2019 e janeiro de 2020, após um processo de pesquisa sobre problemas nos espaços externos da escola, não desejou propor à escola algum tipo de ação e modificação desses espaços. Isso deu-se, por um lado, por questões internas do grupo e, por outro, pela mudança da Direção da escola, que trouxe alguma incerteza institucional.

Durante o confinamento, foi apenas possível realizar 3 sessões quinzenais *online* com alguns/mas dos/as docentes que participaram na formação, onde foram essencialmente identificados e discutidos os aspetos negativos e positivos da transposição da Escola para o espaço virtual.

Inviabilizadas duas das vertentes centrais do projeto, prosseguimos por uma outra dimensão ligada à dinamização das bibliotecas escolares. Surgiu a ideia de criar nas duas escolas parceiras (Escola Secundária José Gomes Ferreira e Escola Secundária do Lumiar) sementecas – isto é, bibliotecas de sementes. Um dispositivo pedagógico que visa sensibilizar para a importância das sementes, da agrobiodiversidade, do conhecimento tradicional agregado à soberania das sementes, bem como promover o conhecimento científico sobre elas. Os professores bibliotecários, CIDAC e FGS conceberam um plano de concretização das sementecas, que foi implementado lentamente, incluindo uma formação inicial *online* sobre sementecas. A formação decorreu em novembro, desdobrada em duas sessões que juntaram professores/as e alunos/as das duas escolas, e foi facilitada pela Associação Círculo de Sementes. Paralelamente, o CIDAC trabalhou com um dos professores bibliotecários da escola de Benfica, na identificação de materiais sobre sementes, biodiversidade, etc., existentes na biblioteca escolar, para organização de uma exposição futura sobre o tema.

O início do ano letivo 2020-2021 foi marcado novamente pela incerteza e pela dificuldade em trabalhar diretamente com estudantes nos espaços não-letivos. A solução encontrada em conjunto com a Direção da escola foi continuar a trabalhar sobre alimentação, ligando à ideia germinal da criação de uma sementeira, já não com o grupo de estudantes criado em 2018-19, mas com uma turma do 10.º ano de biologia. Este trabalho começou em novembro. Foram realizadas 3 sessões, onde voltámos a apresentar o projeto e o seu propósito, e lançámos o desafio de descobrir os ciclos das plantas, das sementes ao composto.

No quadro do projeto “Jovens Embaixadores do Comércio Justo”, atividades importantes e motivadoras para as alunas e os alunos tiveram que ser canceladas, uma viagem para França, intercâmbios entre alunas e alunos, exposições... Na Escola Secundária de Amora, no Seixal, reestabelecemos o contacto com o grupo de estudantes através de sessões online que decorreram até ao final do ano letivo. De uma preocupação centrada sobre as condições laborais e sociais na indústria têxtil, passamos nesta fase a falar mais da biodiversidade e do meio ambiente, relacionando estes temas com questões económicas e de comércio internacional e tecendo interações com a situação de pandemia. Se os meios virtuais revelaram frequentemente os seus limites num processo de animação em que a proximidade é importante, o recurso a sessões online permitiram no entanto concretizar uma visita, virtual, à Loja de Comércio Justo do CIDAC! No primeiro período do ano letivo 2020/2021, centramos o nosso trabalho sobre as interações entre Direitos Humanos e Comércio Justo, este ciclo temático tendo culminado com a celebração do dia mundial dos Direitos Humanos, no dia 10 de dezembro com a colocação de uma faixa comemorativa nas grades da escola, de posters em todos os pavilhões do estabelecimento e numa alocução pública de duas alunas, à qual se juntou um discurso do diretor.

Na Escola Secundária José Gomes Ferreira, iniciamos o nosso trabalho com uma turma do 10º ano na disciplina de biologia. Na sequência de um ciclo dedicado à temática do Comércio Justo, o grupo mobilizou-se para lançar uma atividade de venda de produtos de Comércio Justo na escola, tendo para o efeito concebido um dispositivo criativo de encomendas on-line e de entregas agendadas que se revelou particularmente eficaz e adaptado às limitações impostas pelas medidas sanitárias.

Na Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, no Pragal, não foi possível continuar a linha de trabalho focada nas questões do Comércio Justo, mas adaptámo-nos às necessidades e às dinâmicas criadas pela professora para as suas aulas, em formato online: escuta dos sentimentos dos e das estudantes, ouvir o que estes/as gostavam de discutir e, a partir daí, ligar a dimensões da ED. As questões das interdependências económicas e políticas, a preocupação com o futuro (pessoal e planetário) foram alguns dos aspetos discutidos e trabalhados pelos/as alunos/as através de textos, desenhos e letras de músicas. Estas últimas foram pensadas numa ótica de intercâmbio com a Escola Secundária da Amora que não foi possível neste ano letivo, mas que procuraremos animar no próximo.

No quadro deste projeto, realizamos uma candidatura ao dispositivo de co-financiamento (*sub-granting*) gerido pela Plataforma Portuguesa das ONGD através do Projeto europeu “Por uma Europa aberta, justa e sustentável”, inserido no ciclo das presidências rotativas do Conselho da União Europeia, neste caso, com incidência sobre a presidência portuguesa. A aprovação da nossa candidatura permitiu consolidar a estrutura de financiamento do projeto.

No quadro do projeto “Povos, Culturas e Pontes”, dinamizado pela Câmara Municipal do Seixal, intervimos em 4 escolas do concelho, junto das turmas do 7.º e do 8.º ano, com 23 intervenções construídas à volta das temáticas do Comércio Justo e do Consumo Responsável. Além das sessões dirigidas diretamente aos alunos e alunas, este ano a nossa intervenção contemplou também momentos de capacitação dos professores e professoras da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento das escolas envolvidas. Esta iniciativa de Educação para a Cidadania

Global contou igualmente com a participação da associação Rato-ADCC, do Conselho Português para a Paz e Cooperação e da Fundação Gonçalo da Silveira.

II. Prossequimos as colaborações de carácter pontual em escolas, em especial, em resposta a solicitações destas para termos contacto com a heterogeneidade patente nas escolas, com ela interagir e para chegarmos a um público mais amplo, mesmo que em interações pontuais.

O trabalho pontual com as escolas foi quase integralmente suspenso a partir de março de 2020, tendo em conta quer os períodos de confinamento, quer as limitações de acesso às escolas já mencionadas.

Durante o ano realizaram-se duas sessões com estudantes da Escola Secundária Marquesa de Alorna, ainda em fevereiro, com visitas de estudo ao CIDAC, acompanhadas por momentos de debate em torno do Comércio Justo. No segundo semestre, acordámos com a nova Associação de Estudantes da Escola Secundária de Camões um conjunto de atividades de sensibilização sobre CJ, a realizar durante o ano letivo, em função das possibilidades de acesso e realização de atividades presenciais.

Realizamos duas ações de informação e sensibilização pontuais solicitadas não por escolas mas por uma associação e por um coletivo de jovens. Em fevereiro, animámos uma sessão sobre Comércio Justo a convite da Base-Fut - Base-Frente Unitária de Trabalhadores - e da Associação Amigos de Aprender. Em junho, fizemos um “live” também sobre Comércio Justo no Instagram do grupo de jovens ‘Zero Waste Youth Portugal’.

Objetivo específico 2.2.: Sistematizar e divulgar conhecimento

Como construir conhecimento / teoria a partir da experiência de forma regular que vá além da informação sobre as nossas atividades? Como construir conhecimento a partir da análise do nosso contexto? Como inscrever essa construção de conhecimento em processos de (auto)formação? Como tornar a sistematização parte da rotina (interna e com outros) do CIDAC? Como materializar a reflexão e o conhecimento em instrumentos que afirmem o nosso posicionamento face ao contexto, a temas específicos, à atualidade? Quais os instrumentos e mecanismos mais adequados para chegar a públicos alargados, ou seja, para comunicar?

O contexto específico da intervenção em 2020, em particular o confinamento, obrigou-nos a parar (temporariamente...) e a encontrar tempo para ler e pensar a realidade, levando-nos a repensar os formatos e calendários do trabalho planeado, mais adaptados às limitações que experimentámos, sem no entanto interromper esta linha de trabalho. Decorreram processos mais internos - de reflexão e sistematização regular, e processos desenvolvidos em colaboração com outros, no quadro das diferentes temáticas em que temos centrado o nosso trabalho. Avançámos tanto na reflexão sobre economia solidária, em especial no contexto de Timor-Leste e, no contexto português sobre a dimensão local do comércio justo, como na reflexão sobre a ED-ECG em meio escolar. O ano fica caracterizado mais pelos processos em curso e menos pelos resultados partilháveis, que hão-de chegar mais à frente (apesar de não estarem completamente ausentes deste relato).

Experimentámos os formatos *online* para aproximar pessoas que estão fisicamente distantes em conversas mais próximas, mas também houve casos em que nos sentimos limitados pela falta de presença física, que foi um entrave à capacidade de trabalhar em conjunto. Certamente que para muitos/as o ano fica marcado por um cansaço dos formatos digitais, usados em excesso por falta de alternativa possível.

Substituímos um dos meios de comunicação até hoje dedicado apenas às/aos sócias/os por um boletim que tratou não só de veicular e atualizar temas centrais para o CIDAC, como foi direcionado a um público mais amplo.

I. Revemos instrumentos de reflexão e de análise da realidade já utilizados; identificamos outros instrumentos, pensamos em temporalidades e cadências para momentos de reflexão para visualizarmos processos realistas de reflexão e sistematização.

Neste âmbito específico, mobilizámo-nos particularmente em torno de 2 grandes temáticas - ED-ECG, ECOSOL - que emergiram tanto de reuniões de equipa dedicadas à loja (2 reuniões); à ED/ECG (7 reuniões) e aos projetos, como de reuniões específicas, dedicadas ao comércio justo local, como acima mencionado, e à relação de trabalho com a Guiné-Bissau. Estas reuniões aconteceram com alguma regularidade e tiveram como objetivo partilhar internamente os questionamentos surgidos, refletir em conjunto e apontar coletivamente formas de prosseguir os trabalhos em curso. Preocupa-nos garantir que, para além da concretização das atividades previstas, muitas vezes no quadro dos projetos, temos a capacidade de pensar criticamente as temáticas em causa, promover a formação da equipa como um todo e, quando tal se justifique, encontrar as melhores formas de partilhar com outros os questionamentos e aprendizagens que vamos fazendo.

No quadro da ED/ECG, iniciámos em agosto dois processos de sistematização e reflexão, com a FGS. Um, diz respeito às aprendizagens resultantes do projeto “Escola Ecosystema”, em particular sobre o trabalho educativo em espaços não-letivos e a apropriação por parte das escolas de um projeto que pretendeu induzir processos de investigação-ação dos atores escolares. Realizamos 4 sessões de trabalho para definição do foco, metodologia e análise documental. Outro, pretende sistematizar e divulgar amplamente a experiência de investigação-ação realizada também no âmbito deste projeto, através de um recurso pedagógico.

Num processo particularmente intensivo, integrámos entre maio e outubro a Comissão Organizadora⁵ das Jornadas ED, evento que se realiza anualmente no quadro da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED). Este ano a edição das Jornadas ED decorreu no dia 17 de outubro e o tema foi a *Educação para o Desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*.

Também neste caso encontramos o impacto muito particular das condições impostas pelo contexto pandémico mas, desta feita, referimo-nos a ele pelo lado mais positivo: a realização do evento *online* trouxe a presença de 170 pessoas, de Portugal, da Guiné-Bissau e de Timor-Leste, que participaram num conjunto de 9 oficinas simultâneas propostas por Organizações da Sociedade Civil e Entidades Públicas à volta de uma grande diversidade de temas, desde uma reflexão sobre “escolas transformadoras” até a relação entre a conceção do espaço público e a desigualdade entre mulheres e homens, passando pela apresentação de recursos pedagógicos de Educação para a Cidadania Global, entre outros.

Estas Jornadas ED contaram com uma intervenção inicial do sociólogo guineense e Diretor Executivo da ONG Tiniguena Miguel de Barros, que desenvolveu uma leitura crítica dos ODS, como agenda que molda as ações de desenvolvimento em vez de resultar da realidade das mobilizações e iniciativas populares, comunitárias, frequentemente invisibilizadas. Encerraram com uma intervenção do CIDAC, dando uma leitura panorâmica dos temas das oficinas e da sua relação com a ED. O relatório completo do evento, incluindo vídeos das intervenções pode ser consultado em: https://ened-portugal.pt/site/public/paginas/ii-jornadas-de-ed-1-pt_1614088173.pdf

Ainda no quadro da ED/ECG, e em parceria com a Fundação Gonçalo da Silveira (FGS), com a colaboração do GRAAL, partilhámos este ano o documento "Referencial de ED nas Instituições de Ensino Superior: reflexões e experiências". Nele pode encontrar-se uma reflexão que condensa três eixos de um processo que CIDAC e FGS propuseram a um conjunto de instituições de ensino superior, passando por: 1)

⁵ Da qual fizeram parte em 2020 a Plataforma Portuguesa das ONGD, a Direção Geral de Educação, o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, a ANIMAR, a Associação de Professores para a Educação Intercultural e a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento.

experiências concretas de aplicação do Referencial ED; 2) articulações possíveis com documentos recentes de política educativa nacional; 3) potencialidades e obstáculos à utilização do Referencial de ED na formação inicial de professores/as e educadores/as. Esperamos que este documento possa inspirar novas práticas e reforçar as já existentes.

Dando continuidade ao trabalho que temos vindo a realizar com a FGS desde a conceção do próprio "Referencial de Educação para o Desenvolvimento"⁶, queremos agora concentrar-nos no reforço da formação inicial e contínua de professores/as, com base na identificação dos obstáculos e dos elementos potenciadores que encontram nas suas práticas de ED e na aplicação do "Referencial de ED", em contexto escolar. Para tal, elaborámos em conjunto, entre julho e outubro, uma proposta de trabalho que esperamos poder vir a iniciar em janeiro de 2021.

A reflexão interna em torno da Economia Social e Solidária suportou (entre outros processos) o trabalho que estamos a desenvolver em parceria com o FONGTIL⁷ em Timor-Leste. Apesar da instabilidade vivida em 2020, e da dificuldade acrescida de encontrar momentos comuns de trabalho, tendo em conta as diferenças com que vivemos os tempos de pandemia em cada um dos países, partimos dos compromissos que assumimos no encontro presencial de fevereiro em Dili, para avançar com a construção e aplicação de um inquérito às organizações timorenses membro do FONGTIL. Através deste dispositivo pretende-se obter dados que permitam compreender a estrutura de financiamento das organizações, o seu grau de dependência (e seu impacto) face a doadores nacionais e internacionais, e a dimensão da componente de auto-financiamento, nomeadamente por via de atividades geradoras de rendimento.

O modelo do inquérito foi construído em conjunto entre a equipa CIDAC e FONGTIL. Fez-se um pequeno teste para verificar a qualidade dos dados que se procuram e verificou-se a necessidade de rever uma parte das questões, no sentido de eliminar subjetividades nas respostas obtidas. Na sequência desta revisão, a equipa FONGTIL tem vindo a realizar a aplicação dos inquéritos junto da totalidade das organizações membro, a nível nacional, procedendo em paralelo ao carregamento do ficheiro a partir do qual se fará o tratamento dos dados recolhidos.

Com estes dados tratados, o FONGTIL poderá avançar com duas linhas de trabalho: a reflexão sobre modelos de financiamento, envolvendo todos os atores do setor, nomeadamente organizações associadas, doadores e Estado timorense; o reforço de capacidades das organizações membro no sentido de experimentar formas alternativas de financiamento. Da nossa parte, temos a expectativa de que se possa vir a constituir um pequeno Grupo de Trabalho para refletir sobre a realidade portuguesa nesta matéria.

Paralelamente, com a colaboração da equipa Natureza, iniciou-se a fase de levantamento de informação com vista à produção de um conjunto de fichas informativas sobre conceitos e práticas de economia social e solidária. Até ao final do ano trabalhámos na formação da investigadora contratada, tendo em conta o desconhecimento prévio das temáticas em estudo, elaborámos em conjunto os Termos de Referência para a pesquisa de terreno e acompanhámos a informação que foi sendo levantada em Timor-Leste. Foram produzidas duas fichas.

Especificamente no que concerne ao tema do Comércio Justo no quadro da ECOSOL, promovemos, como descrito no ponto 1.2, no quadro do festival UMUNDU-Lx, uma reflexão sobre a ligação entre produção e consumo local e internacional, com grupos de consumo e com a Cooperativa Espanica. Estamos a reelaborar os conteúdos desta reflexão num documento, a partir do qual se possa continuar a pensar o tema.

⁶ Construído num trabalho colaborativo entre 2012 e 2016, o documento final foi publicado pela DGE em 2016 e tem vindo a ser utilizado em contexto escolar desde então.

⁷ Fórum das ONG de Timor-Leste.

II. Revemos instrumentos e dispositivos de comunicação já utilizados para avaliarmos o nível de pertinência e adequação ao contexto atual.

Após explorar as plataformas gratuitas disponíveis, optámos por criar um canal no Youtube, de modo a disponibilizar de forma centralizada os vídeos de conferências, entrevistas, entre outros, que estavam dispersos por várias plataformas digitais, ganhando assim do ponto de vista da qualidade de acesso dos utilizadores.

No Centro de Documentação, a leitura presencial foi muito condicionada. Depois do período de encerramento entre março e abril, institui-se o acesso por marcação, condicionado a apenas 1 agendamento diário, tendo em conta as características do espaço e da equipa disponível para acompanhar as consultas. Entre janeiro e dezembro recebemos vários/as leitores/as, na grande maioria investigadores/as académicos/as de mestrado ou doutoramentos, em busca de fontes primárias ou de obras muito específicas para as temáticas que estão a trabalhar.

III. Mantemos e melhoramos os instrumentos de comunicação (site, newsletter, redes sociais) para divulgarmos regularmente as nossas atividades e atividades de outros relativas aos nossos campos de ação.

O *site* do CIDAC foi regularmente atualizado, embora de forma mais sistemática apenas na dimensão de “notícias” quer da atividade do CIDAC, quer de outras organizações que intervêm em campos que se cruzam com o nosso foco temático. Iniciámos conversações no sentido de constituir uma equipa de voluntários/as com competências para nos acompanharem na conceção e implementação de um plano de renovação global do *site*. Até ao final do ano foi identificado um conjunto de questões técnicas que terão de ser resolvidas antes mesmo de se começar a trabalhar sobre conteúdos, por exemplo em termos de atualização/alteração de *software* base.

Durante o ano mantivemos uma atualização regular da página de Facebook da Loja de Comércio Justo, utilizando-a como montra de muitos/as dos/as produtores/as presentes da Loja, no sentido de ampliar a sua voz.

Ainda não foi possível pensar a página do Instagram, no sentido de clarificar qual a sua identidade própria, pelo que não nos pareceu interessante investir de forma sistemática na sua atualização.

A comunicação através da *newsletter* mensal fez-se com regularidade, dando conta da atividade realizada mas também da reflexão interna sobre as dificuldades particulares deste ano de pandemia. Entre abril e agosto interrompemos deliberadamente o seu envio. Sentimos a necessidade de substituir o relato da nossa atividade por uma reflexão que pudesse agregar preocupações de sempre com o momento específico que estávamos a viver, que nos ajudasse a pensar **O Antes, o Agora e o Depois**, que foi precisamente o título que demos ao boletim do qual foram produzidos 4 exemplares.

Alterámos também o público a quem nos dirigimos, enviando-o a um grupo de pessoas com que nos cruzámos ao longo dos anos (cerca de 1500 recetores), muito para além dos/das sócios/as e colaboradores/as que recebem regularmente a *newsletter*. Por fim, e talvez o elemento mais distintivo desta iniciativa, é o facto de ela só ter sido possível graças à colaboração de outros/as pessoas, coletivos e organizações, com quem temos vindo a construir laços de trabalho e partilha de caminhos comuns, e a quem pedimos contribuições temáticas para cada um dos números do boletim:

- nº 1 - dedicado ao comércio justo e economia solidária - um ponto de situação elaborado pelo CIDAC sobre Portugal, no início da pandemia, a partir de um artigo publicado na revista italiana AltrEconomia
- nº 2 - dedicado ao decrescimento, escrito por um membro da Rede para o Decrescimento
- nº 3 - dedicado aos Bancos do Tempo no contexto da COVID-19, elaborado por um elemento do Graal Portugal

- nº 4 – dedicado ao teletrabalho, redigido por um membro do **Stcc, tás logado?** (Sindicato dos Trabalhadores de Call Center)

OE3: Adequação do modelo organizacional aos princípios da Economia Solidária

(...) propomo-nos encontrar um patamar de máxima coerência possível entre práticas e ideais, revisitando de forma crítica elementos da nossa construção institucional como sejam a base social, o funcionamento associativo ou a nossa relação com outros.

A instabilidade que caracterizou o ano foi consumidora de tempo e recursos, com um impacto negativo sobre a nossa capacidade de encontrar tempos de abrandamento para olhar para dentro. Foi necessário investir muito na procura de soluções apontadas a um contexto por natureza temporário, ainda que não tenhamos perdido completamente a capacidade de estar atentos/as às dimensões da mudança/adaptação que pudessem ter potencial de vir a constituir-se em algo de mais permanente (principalmente quando muitos/as auspiciaram grandes transformações sociais e económicas para o pós-pandemia). Um exercício nem sempre fácil de se fazer.

A dimensão interna do nosso Plano de Atividades, que tem um peso muito particular neste OE3, muitas vezes associada a atividades de investigação e reflexão acabou por ser preterida no contexto de um maior foco sobre as atividades que envolviam compromissos e trabalho com outros/as.

Objetivo específico 3.1.: Rever a organização interna

O que significa ser uma organização de economia solidária a nível dos processos de tomada de decisão, nível e amplitude de remuneração, dos cuidados entre e com as pessoas que a constituem, etc.? A fronteira entre o formal e o informal é um limite, (...)? Qual a base social atual do CIDAC? Como envolver outras pessoas? Como envolver mais/melhor os e as voluntárias? Qual a ligação com o território onde estamos? Como comunicamos com os diferentes contextos em que intervimos?

Começámos o ano com novas rotinas e mecanismos internos e cheios/as de energia para os implementar! A conjuntura pesou também sobre esta dimensão...

Questões como a horizontalidade, a participação e a tomada de decisão coletiva foram abordadas quando o quotidiano o ocasionou, mas sem a reflexão mais aturada que temas desta natureza implicam. O cuidado com o bem-estar da equipa foi um aspeto primordial, não no sentido que gostaríamos (garantir níveis de descanso, repensar a remuneração, entre outros) mas mais ligados às questões de saúde individual e coletiva e à segurança no lugar de trabalho, quando enveredámos por formas híbridas (tele-trabalho; trabalho na sede).

O maior e melhor envolvimento de sócios/as, voluntários/as, de novas pessoas e de coletivos estavam também na nossa mira, mas não foi um ano propício a este desiderato.

Não deixamos, porém, de experimentar os mecanismos de organização interna criados no início de 2020 e reavaliá-los no final do primeiro semestre.

I. Percebemos as vantagens e desvantagens do quadro legal associativo e potencial de adequação à ECOSOL para encontrar a melhores vias de conciliação entre os dois modelos.

Não foi possível trabalhar sobre esta dimensão durante o ano. Apesar de a prática ir fazendo surgir ideias, questionamentos e dificuldades associadas a esta temática, o resultado que identificámos implicava a nossa capacidade de realizar um trabalho reflexivo para o qual não foi possível encontrar o tempo e a disponibilidade da equipa.

II Experimentamos e iremos avaliando as práticas da equipa: horizontalidade; formalidade/informalidade; participação e níveis de trabalho individual para consolidar, na prática, a coerência do nosso modelo.

Ver ponto seguinte.

III. Identificamos práticas complementares (a inserir no regulamento interno) que reforcem o funcionamento solidário para suprir as lacunas legais nos domínios mais qualitativos da vida associativa.

O equilíbrio entre a partilha de informação, que permita uma real gestão horizontal e coletiva da associação, e a execução das tarefas necessárias ao bom funcionamento da associação é um desafio perene.

No início do ano, colocámos em prática um conjunto de dispositivos - definimos tipos e regularidade de reuniões; formas de registo; e distribuição de tarefas - que experimentámos durante o primeiro semestre e que reavaliámos e reestruturámos entre julho e setembro.

Os formatos experimentados visaram a criação de espaços partilhados de coordenação, nomeadamente, dos projetos de ED/ECG, onde participavam dois elementos da equipa; espaços de partilha de informação e de decisão rápidas sobre assuntos simples (realizaram-se um total de 25 reuniões de “despacho”) e espaços dedicados a dimensões específicas (coordenação da loja; atividades de suporte; direção; aprofundamento temático), com a participação de todos/as.

Em julho, constatámos que as reuniões de partilha de informação se tornaram reuniões longas onde tudo era discutido e revimos as nossas práticas. A coordenação dos projetos passou a ser singular; as reuniões de projetos e de aprofundamento temático passaram a ser marcadas quando necessárias; as reuniões de “despacho” ficaram com uma temporalidade limitada (se possível não mais de 1 hora).

Avaliamos que, dada a dimensão da equipa, este formato tem funcionado melhor. As reuniões de partilha semanal são ainda longas, mas têm possibilitado mais informação compartilhada, maior continuidade nas tarefas e maior coletivização. A coordenação individual dos projetos tem permitido maior fluidez e as reuniões *ad hoc* permitiram partilha e decisões conjuntas sobre aspetos centrais dos projetos.

A identificação de conflitos e respetivos mecanismos de resolução, bem como a escolha dos formatos de tomada de decisão (consenso vs maioria) foram aspetos sobre os quais sentimos que temos que refletir mais antes de pôr em prática qualquer tipo de proposta.

No que tange ao bem-estar da equipa, este foi equacionado acima de tudo em relação ao contexto sanitário. Neste quadro, decidimos passar a tele-trabalho entre março e abril. Com a reabertura da Loja a partir de maio, e tendo em conta a necessidade de equilibrar a segurança dos colaboradores no edifício com as questões de saúde, encontramos em equipa uma forma de partilha de regime presencial e a distancia confortável para todos/as, que fomos avaliando e ajustando ao longo das semanas. Paralelamente, o horário da Loja - único serviço “aberto ao

público” foi também sofrendo alterações em função da capacidade de resposta da equipa. Do ponto de vista das condições gerais de trabalho, e mesmo que 2020 tenha sido um ano que obrigou a esforços adicionais por parte da equipa, parece-nos que se conseguiu um balanço positivo, focado na gestão de um contexto muito particular. Por desenvolver ficaram alguns aspetos que nos tínhamos proposto repensar, nomeadamente nos casos em que implicariam tempo e alguma capacidade de distanciamento para procurar soluções novas.

IV. Promovemos: o envolvimento de outras pessoas além da equipa assalariada; a experimentação de outros formatos de trabalho (grupos de trabalho, equipas temporárias,...); a criação de grupo de consumo interno que possibilite outras formas de circulação (troca, etc.) para gerar uma dinâmica endógena e ganhar maior capacidade de intervenção.

Alterou-se de forma muito significativa a equipa de voluntários/as que nos acompanha, muito particularmente nas atividades ligadas à Loja de Comércio Justo. A necessidade de garantir a sua segurança pessoal fez com que muitos/as dos/as voluntários/as de faixa etária mais elevada tenham tido de suspender a sua atividade presencial regular no CIDAC logo a partir de março, sem a poder retomar até ao final do ano. Lentamente, a equipa presencial foi-se reconfigurando, tendo agregado um conjunto de jovens estudantes aos voluntários/as mais antigos/as. Com estes/as jovens temos vindo a conversar sobre outras formas de colaboração que esperamos poder experimentar no próximo ano.

Por razões de segurança decidimos suspender o acolhimento de estagiários/as no CIDAC.

As limitações ao trabalho presencial e a instabilidade geral, foram um travão à introdução na nossa atividade de algumas das ações de maior envolvimento de sócios/as que tínhamos previsto.

V. Promovemos espaços de formação técnica e temática da equipa para alimentar a nossa intervenção com novas abordagens.

Estavam planeados dois momentos de formação e acabámos por nos envolver em 11 iniciativas, todas realizadas *online*. Os eventos presenciais foram todos cancelados mas vivemos em 2020 uma explosão de conferências, *workshops* e *webinars* vários que se esforçaram por criar espaços de aprendizagem e debate a distância.

Ao longo do ano participámos num conjunto de 4 formações em diferentes tópicos que constituem o debate atual em torno da cooperação, com um foco particular na cooperação portuguesa; em duas sessões que versaram sobre a questão da digitalização numa ligação direta com o trabalho das Organizações da Sociedade Civil; em 4 espaços de encontro e formação à roda das alternativas económicas e numa sessão sobre a ED-ECG e os ODS.

Foram espaços de formação muito diversos, alguns mais académicos, outros mais construídos a partir das práticas, mas todos eles relevantes para o trabalho que estamos a fazer. Trabalhámos a dimensão da partilha interna, quer da informação disponibilizada em cada uma destas sessões, quer dos debates a elas associados, produzindo pequenos relatos escritos e integrando o tema nas reuniões regulares da equipa. Alguns desses relatos foram partilhados externamente, no *site* e na *newsletter*.

Ficou adiada a visita de estudo que está acordada com a Xarxa de Consum Solidário, em Barcelona - no quadro do programa *Pair Up* da PPONGD em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian - até que a situação pandémica permita que se façam viagens internacionais e encontros presenciais em segurança.

Objetivo específico 3.2.: Reforçar espaços de trabalho colaborativo

A intervenção do CIDAC sempre se inscreveu numa lógica de complementaridade com outros, (...). Que oportunidades e fragilidades decorrem destes diferentes modelos de

organização? (...) Que cruzamentos podem surgir a partir desta proximidade de entidades com diferentes campos de atuação? Que capacidade para fomentar estes cruzamentos (...) que represente uma intervenção com os outros? Como se cria um verdadeiro interconhecimento entre estas realidades?

Em 2020 experimentámos dois processos paralelos, por um lado a suspensão de uma parte significativa da atividade presencial de muitos dos grupos informais que temos vindo a acolher na estrutura do CIDAC, e por outro, a adaptação ao trabalho coletivo a distância, quer de grupos formais, quer informais, por via das ferramentas digitais disponíveis, relativamente às quais tínhamos (muitos de nós) pouca experiência. Tem sido um processo de aprendizagem para todos/as e parece-nos importante refletir a breve prazo sobre as vantagens destas ferramentas digitais, principalmente quando se pensam também que desvantagens lhes estão associadas, numa análise menos deslumbrada e mais equilibrada.

Não deixamos, porém, de refletir sobre formas de trabalho colaborativo, tendo iniciado conversas com alguns dos coletivos “residentes” e proposto uma discussão mais profunda com outros grupos sobre partilha de recursos entre entidades formais e informais, numa lógica de solidariedade e reforço mútuo.

I. Garantimos capacidade de acolhimento físico físico no CIDAC de iniciativas cidadãs com trabalho regular e facilitação de acesso a serviços (bancários, morada postal, gestão financeira, ...) com vista à criação de condições de trabalho para grupos informais.

Mantivemos a nossa disponibilidade de princípio mas (re)formatada em função das limitações impostas pelo contexto pandémico, o que significou que só no final do primeiro semestre voltamos a estar abertos à realização de reuniões de grupos nas instalações do CIDAC. Sentiu-se um certo desencontro entre as necessidades de alguns dos grupos e a lotação máxima do espaço CIDAC, pelo que a frequência da utilização diminuiu de forma substancial. Não obstante este facto, continuámos a seguir o trabalho realizado por estas organizações, participando de forma mais ativa sempre que possível.

No final do ano assumimos o papel de administração numa candidatura que a Plataforma TROCA apresentou ao financiamento da *Funders for Fair Trade Foundation*, e que foi aprovada, devendo iniciar-se a sua implementação em janeiro de 2021, acompanhando a Presidência Portuguesa da UE (de janeiro a junho 2021).

O ano teve ainda espaço para o início de uma reflexão sobre a natureza deste relacionamento entre diferentes estruturas, com a realização de 2 reuniões com os movimentos TROCA e Climáximo, especificamente dedicadas a pensar como podemos identificar e promover as interseções entre as nossas agendas específicas, de forma a aumentar a dimensão do trabalho comum ao nível dos conteúdos, em paralelo ao apoio logístico.

II. Participamos e avaliamos regularmente a pertinência da participação do CIDAC nas redes setoriais das quais somos membro, nacionais e internacionais, nomeadamente PPONGD, Rede ECG e GENE, e associamo-nos a um coletivo temático ligado à ECOSOL de forma a acompanhar a informação/reflexão produzida e participar na construção coletiva.

Mantivemos o nosso compromisso com a participação no Conselho Fiscal da PPONGD, assumindo no novo mandato que iniciou em dezembro de 2020 o cargo de Presidente. O trabalho que tínhamos vontade de lançar a propósito dos modelos de financiamento das ONGD fica adiado para o próximo ano. Estamos em crer que algumas dificuldades atravessadas durante este período de pandemia podem ser pontos de partida para uma reflexão nesta matéria no quadro da PPONGD.

Realizámos em março uma reunião de reflexão com a FGS – também membro da Rede ECG – para alinharmos visões sobre a natureza da nossa participação neste espaço, ainda sem dar nenhum passo conclusivo. Continuámos, porém, a dar apoio de secretariado à Rede.

Entre junho e outubro, empenhámo-nos num processo que não tínhamos previsto, e que foi a participação na *task force* para a definição da Visão da Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento para o futuro da cooperação portuguesa. Tendo em conta o calendário formal do documento oficial atualmente em vigor, que deveria chegar ao seu término em dezembro 2020, a PPONGD sentiu a necessidade de produzir um posicionamento sobre esta matéria, de modo a contribuir para o conteúdo do documento oficial que deverá entrar em vigor em 2021. Optou por uma metodologia com diferentes formatos paralelos, que permitiram a formação da generalidade das associadas e a construção de um documento/proposta em Grupo de Trabalho mais restrito, sujeito a aprovação em Assembleia Geral.

No que respeita ao nosso envolvimento no GENE – Global Education Network Europe, registamos a participação nas duas Mesas Redondas que tiveram lugar *online*, nomeadamente em maio e outubro de 2020.

Na linha de aproximação a um coletivo de ECOSOL, planeámos participar no I Encontro de Economia Solidária, em março, organizado pela Rede Portuguesa de Economia Solidária (RedPES). Nesse quadro, propusemos a realização de uma oficina-conversa, em parceria com a CoopCASA (cooperativa cultural das Caldas da Rainha) e o GAIA (associação ecologista nacional), sobre dinâmicas colaborativas não formais entre coletivos/associações. Elaborámos um pequeno inquérito cujos dados iriam fundamentar a oficina, enviado aos 6 coletivos que reúnem no CIDAC e dos quais recebemos 2 respostas. No entanto, o Encontro foi cancelado, sem previsão de reagendamento, o que bloqueou tanto a aproximação à RedePES como o debate que se queria iniciar com outros grupos sobre formatos solidários de partilha de recursos.

Igualmente nessa linha, inscrevemo-nos no Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras, fórum específico do Fórum Social Mundial, que iria decorrer em Barcelona, entre junho e julho. O intuito desta participação era conhecer outros atores da ECOSOL, na Europa e no mundo, e mergulhar nas discussões atuais deste movimento. O evento acabou por acontecer *online*, o que permitiu adquirir algum conhecimento sobre assuntos prementes da ECOSOL e práticas concretas, porém não foi possível ampliar a rede de contactos, uma vez que tal acontece geralmente nos espaços informais destes grandes encontros, que desapareceram no formato digital.

III. Mantemos a participação regular na Comissão de Acompanhamento da ENED (prevista até 2022) enquanto contributo para a co-construção deste espaço de política pública na área da ED.

A participação na Comissão de Acompanhamento da ENED foi um processo particularmente exigente em 2020, com um nível de intensidade muito elevado induzido pela realização da avaliação intermédia da Estratégia, que implicou a realização de termos de referência, a seleção entre as organizações candidatas à realização desta prestação de serviço, o acompanhamento de todo o processo em relação com as ESPA – Entidades Sinatarias do Plano de Ação da ENED e o processo de apresentação pública. O documento de avaliação pode ser consultado aqui: <https://ened-portugal.pt/pt/avaliacao-intermedia>

Atividades de suporte

Em 2020 a carga administrativa relativa ao trabalho de projetos teve um peso substancial, na medida em que nos vimos na necessidade de rever os calendários e orçamentos de todos os projetos em curso, no sentido de nos adaptarmos da melhor forma possível ao contexto que estávamos a viver.

Foram elaborados 2 novos projetos, um em parceria com a Fundação Gonçalo da Silveira (O Referencial ED na prática - ver acima) e um outro com a PARCIC (em Timor-Leste). A implementação deste último arrancou em agosto (*Consumo 100% local*, aprovado no quadro da linha COVID aberta pelo Camões IP em junho, e construído numa perspetiva de trabalho sobre as dimensões económicas do impacto da crise pandémica).

Apesar de estarmos num ano de retração, pareceu-nos absolutamente indispensável levar a cabo um pequeno investimento de renovação da iluminação da Loja, tornando-a mais económica e eficiente, com a adaptação dos equipamentos de iluminação para suportarem lâmpadas *led*, assim como a colocação de iluminação específica nas montras - que se utiliza especialmente no período de inverno.

Fizemos ainda uma opção pela mudança da entidade de prestação de serviços de eletricidade, que a partir do início do próximo ano passará a ser a Coopernico, associando assim uma poupança previsível nos custos do serviço, a um relacionamento com um ator cooperativo, com o qual partilhamos princípios de ECOSOL.

Origem dos fundos	2018		2019		2020	
União Europeia	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Estado Português	107 118,05	51,81%	122 588,36	62,59%	232 432,80	82,73%
Sector Privado	0,00	0,00%	0,00	0,00%	6 318,61	2,25%
Quotas e Donativos	38 988,26	18,86%	32 407,69	16,55%	8 652,92	3,08%
Prestação de Serviços	15 178,51	7,34%	161,10	0,08%	4 608,40	1,64%
Comercio Justo (Loja e PJ)	45 485,80	22,00%	40 699,90	20,78%	28 942,18	10,30%
	206 770,62	100,00%	195 857,05	100,00%	280 954,91	100,00%

	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020
PROVEITOS TOTAIS	360 469,53	162 390,75	127 464,73
CUSTOS TOTAIS	355 514,82	161 219,80	134 107,65
RESULTADO LIQUIDO	4 954,71	1 170,95	-6 642,92

Do ponto de vista dos fundos obtidos, e em comparação com anos anteriores, verificamos um crescimento do nível de financiamento associado aos projetos, paralelo à diminuição do financiamento proveniente de Atividades Geradoras de Rendimento próprio. Este facto está associado ao carácter extraordinário deste ano, em que se verificou uma diminuição da atividade comercial (dentro e fora da sede), a par da elaboração e financiamento de duas propostas de projeto extraordinárias, fora do que eram os planos originais. Ainda assim, quando analisamos os resultados líquidos do ano, verificamos um resultado negativo de -6 642,92€, que decorre diretamente dessa diminuição da atividade comercial, que tem um papel muito importante na estrutura orçamental da organização, nomeadamente no que respeita ao cofinanciamento dos projetos em curso.

Trata-se de um efeito da pandemia, que certamente uma parte importante dos atores económicos estão a enfrentar, e pelo qual a natureza social e solidária da atividade específica do CIDAC não poderia passar incólume. Enquanto associação sem fins lucrativos, mais do que focarmos no resultado negativo deste ano em particular, importa-nos garantir um certo equilíbrio entre anos bons e anos maus, o que nos parece que temos vindo a fazer se olharmos para os últimos 3 anos.

PROJETOS EM CURSO EM 2020

Algumas das atividades realizadas em 2020 encontraram o seu suporte nos seguintes projetos em curso:

- **A escola, ser vivo dentro de um ecossistema: da alimentação à utilização dos recursos naturais**, em parceria com a Fundação Gonçalo da Silveira e co-financiado pelo Camões - Instituto da Cooperação e Língua (maio 2018 - abril 2021).
- **Jovens Embaixadores do Comércio Justo**, alargando horizontes, em parceria com as escolas secundárias José Gomes Ferreira (Lisboa, Benfica); da Amora (Seixal) e Fernão Mendes Pinto (Pragal, Almada), e cofinanciado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (junho 2019 - maio 2022).
- **Reforçar as OSC em Timor-Leste através da Economia Social Solidária**, em parceria com o FONGTIL e cofinanciado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (dezembro 2019 - novembro 2022).
- **O Referencial de ED na prática: problemáticas e recomendações para a formação inicial e contínua de professores/as**, em parceria com a Fundação Gonçalo da Silveira e financiado pelo Camões - Instituto da Cooperação e Língua (janeiro 2021 - Dezembro 2022)
- **Consumo 100% local! Reforçar a ligação campo-cidade em resposta a crise do COVID 19**, em parceria com PARCIC e co-financiado pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (agosto 2020 - Julho 2021)